

CORREIO ECONÔMICO



Divulgação Portal Comunique-se

Embora adiado, projeto ganha relevância no G20

Senado adia análise de projeto do mercado de carbono

Com o objetivo de permitir que empresas compensem suas emissões de gases poluentes, por meio da compra de créditos vinculados a iniciativas de preservação ambiental, o projeto (PL 182/2024) que institui o marco regulatório para o mercado de crédito de carbono no país teve sua análise adiada para a próxima terça-feira (12) pelo Plenário do Senado.

Liderança

Ao reconhecer a relevância do tema para a participação brasileira na 10ª Cúpula dos Parlaamentos do G20, nessa semana, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, "considera o projeto [mercado de carbono] vital à liderança nacional do desenvolvimento sustentável.

Embora a apresentação do substitutivo da relatora da matéria e presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), senadora Leila Barros (PDT-DF) estivesse prevista para essa terça-feira (5), o Plenário preferiu o adiamento, ao reconhecer a complexidade do tema, acrescido do fato de o Congresso Nacional, nesse momento, está trabalhando em sistema semipresencial.

Responsabilidade

Ao considerar que o "Brasil não vai se tornar, mas já é uma potência ambiental, a relatora do projeto do mercado de carbono, Leila Barros diz que nosso maior desafio é "como vamos trabalhar tantos ativos importantes ao nosso país, mas com muita responsabilidade".

Divulgação site Gocache



Funcionalidade é tentativa de tornar Pix mais seguro

Pix ganha funcionalidade para melhorar segurança

A título de conferir mais segurança às transações via Pix, o Banco Central (BC) está desenvolvendo uma nova funcionalidade, com vistas ao rastreamento, bloqueio e devolução de valores transacionados pela ferramenta. O anúncio foi feito, nessa segunda-feira (4), pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto

adianta que a novidade "ainda não está pronta, mas será anunciada em breve", ao participar de evento do Google sobre Pix por aproximação. Nesse aspecto, Campos Neto acrescentou que a autoridade monetária trabalha para 'mitigar' as fraudes com Pix, mediante o uso de Inteligência Artificial (IA) na análise de dados.

Combate eficaz

Como condição a um combate mais eficaz aos golpes no Pix, o presidente do BC entende que o mercado financeiro precisa eliminar a profusão de contas laranjas e fantasmas. "Precisamos endurecer os critérios para se abrir conta", assinalou Campos Neto.

Reversão

Embora o consumo de cigarros ilegais tenha despencado ao menor índice dos últimos 12 anos - sobretudo os produzidos no Paraguai - as mudanças introduzidas pela reforma tributária podem fazer com este mercado sofra revés, voltando a crescer a participação dos 'piratas'.

Ritmo próprio

Quanto à agenda de transformação digital conduzida pelo BC por Gabriel Galípolo, em 2025, Campos Neto disse que ela independe do comando da instituição. "É natural que cada gestor imprima seu ritmo e direcionamento. O BC tem essa agenda há algum tempo".

Temor

Embora entenda que o recuo dos cigarros ilegais decorre do equilíbrio e previsibilidade tributária nos últimos anos, com fiscalização e redução da diferença de preço ante o legal, o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Illegalidade (FNCP) teme a reversão dessa realidade.

Mercado prevê que Copom elevará Selic para 11,25% ao ano

Expectativa é de que a taxa básica suba meio ponto percentual

Agência de Notícias da Indústria

Por Marcello Sigwalt

Em meio à expectativa crescente do anúncio, ainda que tardio, de cortes de gastos federais, o mercado financeiro já 'dá como certo' que o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom/BC), ao cabo de sua reunião de dois dias, promova, nessa quarta-feira (6), como esperado, aumento de meio ponto percentual da Selic (taxa básica de juros), que passaria de 10,75% ao ano para 11,25% ao ano. Esta previsão é quase unânime, entre as instituições financeiras e consultorias especializadas consultadas pelo jornal econômico Valor

Na visão do coordenador acadêmico da Fundação Getúlio Vargas, o economista Mauro Rochlin, na raiz da nova majoração está o aumento 'persistentemente fora da meta' da inflação. Secundariamente, Rochlin, porém, admite as pressões exercidas sobre a economia pelo dólar, pela energia, pelo mercado de trabalho "muito aquecido" e por uma política fiscal "muito generosa". À Agência France



Aumento esperado da Selic para 11,25% ao ano já havia sido precificado pelo mercado

Presse, o coordenador acrescenta: "Se a gente for reunir todos esses fatores a gente vai entender o porquê de uma decisão de 0,50%, o porquê que ela não seria muito difícil de se esperar".

Ainda preso à figura de 'bombeiro' que reduza, pelo menos em parte, a temperatura da tensão do mercado quanto ao fiscal, o Planalto insiste na

tecla 'desgastada' de sua capacidade, jamais provada, de cumprir a meta fiscal. Fiel à essa 'coreografia' política, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, decidiu suspender a viagem à Europa, prevista para esta semana a pedido do mandatário, tendo em vista 'finalizar' a definição do pacote de corte de gastos.

Na ponta do lápis, a inflação tupiniquim avançou 4,42% nos últimos 12 meses em setembro. Mas para o Focus, o IPCA para 2024 já teria chegado a 4,59%. Outro sintoma de que o Executivo 'perdeu a rédea' fiscal é a disparada do dólar a R\$ 5,86, na sexta-feira (1º), 2º maior valor histórico, com valorização superior a 20% ao ano.

Juro alto força o recuo do endividamento

O porcentual de famílias endividadadas recuou, enquanto o de inadimplentes avançou em outubro, mostra a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Entre as famílias de menor renda, a inadimplência alcançou 37,7%, refletindo, conforme os responsáveis pela pesquisa, o impacto dos juros

elevados e das condições de crédito mais restritivas sobre o orçamento dos mais vulneráveis.

"O aumento da inadimplência, apesar da queda do endividamento, evidencia as dificuldades enfrentadas pelas famílias de menor renda para manter suas contas em dia, em um contexto de juros elevados", avaliou em nota o economista-chefe da CNC, Felipe Tavares.

Segundo ele, a taxa Selic em níveis altos restringe o acesso

ao crédito e dificulta a recuperação financeira, especialmente para os consumidores mais vulneráveis. Projeções da CNC indicam que o endividamento pode voltar a crescer no último trimestre de 2024, impulsionado pelas compras de fim de ano. "O crédito tem um papel fundamental no consumo, mas os juros elevados impõem restrições", disse Tavares.

A pesquisa mostra que esse aumento de inadimplência

ocorreu apesar de uma redução geral do endividamento, que recuou para 76,9%, semelhante ao nível registrado em outubro do ano passado, indicando maior cautela das famílias com o uso de crédito. A inadimplência em outubro atingiu 29,3%, maior taxa desde outubro de 2023.

Além disso, a parcela de famílias que afirmam não ter condições de quitar suas dívidas em atraso aumentou para 12,6%.

Consultoria propõe economia de R\$ 1 tri

Divulgação site Notícias Concursos

Por Marcello Sigwalt

Medidas efetivas que permitam ao governo federal, além de equilibrar as contas públicas, obter uma economia de R\$ 1 trilhão, nos próximos dez anos, mediante a desindexação dos benefícios previdenciários e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) do valor do salário mínimo, além da desvinculação de despesas com os pisos da saúde e da educação das receitas.

Pela proposta, apresentada pela Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados (com a assinatura do consultor Paulo Bijos, que fazia parte da equipe do Ministério do Planejamento que tratou da revisão do gasto público), os benefícios seriam corrigidos pela inflação, em que eventuais ganhos reais sofreriam avaliação periódica no início do mandato presidencial. Dentro dessa sistemá-



Economia trilionária demanda maior vontade política

tica, em dez anos (entre 2025 e 2034) seriam economizados de R\$ 1,1 trilhão.

Pressupondo um ganho real de 0,6% ao ano, mesmo percentual mínimo do regime fiscal, o montante economizado chegaria a R\$ 890 bilhões.

No que toca aos pisos da

saúde, educação e Fundeb (da educação básica), estes perderiam a vinculação ao comportamento da receita, mas seriam corrigidos pela inflação. Alocações adicionais, neste caso, seriam avaliadas periodicamente, no momento da elaboração dos orçamentos anuais. Caso

seja adotada, a mudança tem potencial para economizar em três anos (entre 2026 e 2028) R\$ 97 bilhões, pelos cálculos da consultoria. Se utilizada a correção de 0,6% ao ano, o total da economia atingiria R\$ R\$ 77,5 bilhões. As modificações estão condicionadas à aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no Congresso.

Reza o estudo: "Reafirme-se, contudo, a ressalva maior de que tais medidas se concentram no "lado da despesa", com ênfase na revisão de despesas obrigatórias ou rígidas, e de modo algum se pretendem exaustivas. Não se negligenciam, portanto, diversas outras iniciativas de revisão do gasto público, inclusive de gastos tributários, que também merecem ser debatidas ou intensificadas". Haddad disse que se discute uma PEC cujas despesas caibam no arcabouço fiscal.

Manobra fiscal contém a alta de futuros

Os juros futuros fecharam em baixa, com destaque para a ponta longa, mais sensível ao noticiário fiscal e ao ambiente externo, após exibirem alta durante a manhã desta terça-feira (5).

No Brasil, a antecipação de reuniões em Brasília para a discussão do pacote fiscal foi determinante para a melhora, ao sinalizar o senso de urgência na definição, e consequente do anúncio, das medidas de corte

de gastos que os agentes tanto vêm cobrando do governo. O avanço dos rendimentos dos Treasuries perdeu força após um leilão de T-Notes com demanda acima da média.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 fechou em 12,81%, de 12,89% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2027 encerrou a 12,94% (de 13,03% ontem). A taxa do DI para janeiro de 2029 caiu de

13,04% para 12,93% (mínima).

A expectativa pelo pacote fiscal e a eleição americana ditaram a dinâmica dos mercados durante toda a sessão, deixando em segundo plano por ora a decisão do Copom amanhã. Inicialmente, o mercado optou pela cautela enquanto aguardava a nova reunião de ministros para selar o destino da agenda de revisão de despesas, que ocorreria às 16h.

Do encontro, participaram

Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil), Carlos Lupi (Previdência), Wellington Dias (Desenvolvimento Social), Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão), além de representantes do INSS, Dataprev e Serpro.

Porém, a informação no começo da tarde de que a reunião foi antecipada em duas horas abriu espaço para a curva devolver o estresse, com as taxas rodando abaixo de 13%.